



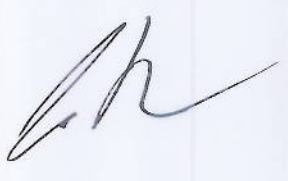
## CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

**CONTRATO DE ADMINISTRATIVO DE "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ALUGUER DE EQUIPAMENTOS E RECURSOS TÉCNICOS DE SOM E LUZ PROFISSIONAL PARA EVENTOS NO SERVIÇO DE CULTURA/ANO 2017" ADJUDICADO À EMPRESA ESTEVÃO GUIMARÃES UNIPessoal, LDA, DE ARCOS DE VALDEVEZ [PF 273/2016]** -----


(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia 16 de fevereiro de 2017, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar da Aldeia, freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa coletiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com o Despacho da Presidência da Câmara Municipal, datado de 10 de Janeiro de 2017, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respectiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

**César Estêvão Guimarães Pinto**, titular do Cartão de Cidadão n.º 10701379, casado, natural de Prozelo, deste concelho, onde reside no lugar de Eirós, que outorga na qualidade de **único sócio e gerente**, em representação da sociedade comercial unipessoal por quotas que usa a firma "**ESTEVÃO GUIMARÃES, UNIPessoal LDA**", com sede no Beco dos Fornos, 34, Prozelo, Arcos de Valdevez, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Arcos de Valdevez, com o número único de matrícula e de identificação de pessoa colectiva **514 060 255**, com o capital social de € 5.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respectivo contrato, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----



**Primeira:** O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Despacho da Presidência da Câmara Municipal de **10 de Janeiro de 2017**, adjudicou, por Ajuste Direto, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada da segunda outorgante, a **“AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E RECURSOS TÉCNICOS DE SOM E LUZ PROFISSIONAL PARA EVENTOS NO SERVIÇO DE CULTURA/ANO 2017”**. -----



Pelo referido Despacho a Presidência da Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

**Segunda:** O preço contratual é de € 35.150,00 (trinta e cinco mil cento e cinquenta euros), mais IVA, à taxa legal em vigor. -----


**Terceira:** O prazo de prestação do serviço adjudicado é de 365 dias. -----

**Quarta** O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato de aquisição será efetuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente factura. -----

**Quinta:** O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela rubrica orçamental seguinte, na qual tem cabimento adequado: -----


- Classificação Orgânica – **Capítulo 02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

- Classificação Económica – **Agrupamento 02** – Aquisição de Bens e Serviços; **Subagrupamento – 02** – Aquisição de serviços; **Rubrica 20** – Outros trabalhos especializados; **Alínea 01** – Trabalhos especializados de cariz cultural. -----



**Sexta:** O presente contrato foi objeto de parecer prévio vinculativo do Presidente da Câmara Municipal, de **5 de dezembro de 2016**, nos termos do disposto nos nºs 5, 6 e 10 do artigo 35º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março (Orçamento de Estado para 2016). -----





**Sétima:** O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, designadamente, do artigo 130º nº 1, da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

**Oitava:** Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

**Nona:** 1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) **O caderno de encargos;** -----

d) **A proposta adjudicada.** -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

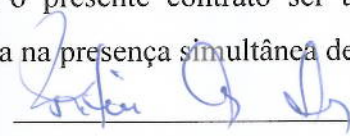
3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

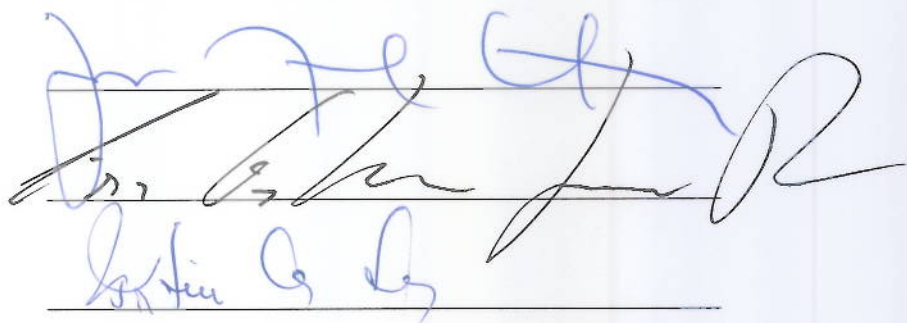
**Décima:** É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

**Décima Primeira:** O segundo outorgante **declara aceitar, para sua representada,** o presente contrato, nos termos exarados. -----

**Décima Segunda:** Que se obriga a realizar a prestação de serviços objeto deste contrato dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **03-11-2016**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Arcos de Valdevez, em **31-01-2017**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso 7723-5458-3563, subscrita em 31-10-2016 e válida até **31-10-2017**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes do segundo outorgante para este ato; d) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; e) Declaração Anexo II do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----



Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **33/029/2017**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **5/2017**